



A violência sexual contra meninos e as discussões de gênero para o campo da educação escolar

Sexual violence against boys and gender discussions in the field of school education

Violencia sexual contra niños y las discusiones de género en el ámbito de la educación escolar

Samuel da Silva Souza¹

Mestre pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá/MS, Brasil

Constantina Xavier Filha²

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, Brasil

Recebido em: 28/03/2021

Aceito em: 17/05/2021



10.34019/1984-5499.2021.v23.33762

Resumo

O presente texto é fruto de problematizações e abordagens efetivadas em uma pesquisa de mestrado que visou a discutir, sob a ótica dos Estudos de Gênero, no campo da Educação, a problemática da violência sexual contra meninos registrada em boletins de ocorrência em uma cidade de Mato Grosso do Sul, no período de 01/01/2006 a 31/12/2015. Adotamos a pesquisa qualitativa e documental baseada em pressupostos da pesquisa pós-crítica em Educação, fundamentações teóricas dos Estudos de Gênero e pressupostos foucaultianos. A partir dos Estudos de Gênero, abordamos características das violências sexuais contra meninos apresentadas nos boletins de ocorrência e problematizamos a relação entre violência sexual e educação escolar. Dos 48 Registros de boletins de ocorrência de violência sexual contra meninos, constavam 54 vítimas e 50 agressores/as, sendo os/as agressores/as 52% adolescentes e 67% estudantes no momento da denúncia. Evidenciamos a ausência de tal tema em pesquisas no campo da Educação e a necessidade de problematizar esse fenômeno amplo e complexo.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Violência sexual contra meninos.

Abstract

This paper is the result of discussions and approaches carried out in a master's degree research project whose aim was to discuss, under the Gender Studies point of view in an educational context, the issue of sexual violence against boys, as registered in police reports in a city of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, from January 1st, 2006, to December 31st 2015. The study was conducted as a qualitative and documental research, based on the premises of post-critical approaches in educational research, theoretical foundations of Gender Studies and Foucault's theories. From a Gender Studies approach, we discuss the traits of sexual violence against boys as shown in the police reports and question the relation between sexual violence and school education. In the 48 reports of sexual violence against boys, we counted 54 victims and 50 offenders. 52% of the offenders were teenagers and 67% were students at the time of the report. We observed the lack of studies

¹ E-mail: samuel.souza@ufms.br

² E-mail: tinaxav@gmail.com

about this subject in the field of education, as well as the need of questioning this wide and complex issue.

Keywords: Gender. Education. Sexual violence against boys.

Resumen

Este texto es el resultado de problematizaciones y enfoques realizados en una investigación de maestría que tuvo como objetivo discutir, bajo la perspectiva de Estudios de Género, en el campo de la Educación, La problemática de la violencia sexual contra los niños registrado en un informe policial en una ciudad en Mato Grosso do Sul, durante el periodo del 01/01/2006 al 31/12/2015. Adoptamos una investigación cualitativa y documental basada en supuestos de investigación pos crítica en Educación, fundamentos teóricos de Estudios de Género y supuestos de Foucault. Con base en los Estudios de Género, abordamos las características de las violencias sexuales contra los niños presentados en los informes policiales y problematizamos la relación entre la violencia sexual y la educación escolar. De los 48 registros de denuncias de violencia sexual contra niños, había 54 víctimas y 50 agresores/as, siendo los/las agresores 52% adolescentes y 67% estudiantes en el momento de la denuncia. Destacamos la ausencia de tal tema en el campo de la Educación, así como la necesidad de problematizar este amplio y complejo fenómeno Destacamos la ausencia de tal tema en el campo de la Educación, así como la necesidad de problematizar este fenómeno amplio y complejo.

Palabras clave: Género. Educación. Violencia sexual contra niños.

Introdução

O presente texto tem por finalidade apresentar parte de uma pesquisa de mestrado mais ampla realizada no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Educação do *Campus* do Pantanal. Tal investigação teve como objeto de pesquisa as violências sexuais relatadas em boletins de ocorrência (BOs) que tinham meninos³ como vítimas dos crimes de estupro de vulnerável ou atentado violento ao pudor⁴, em duas delegacias da cidade de Corumbá/MS⁵. Procuramos problematizar diversas questões, tais como as características gerais das violências sexuais contra os meninos e a relação entre essa violência e a educação escolar. Para tanto, realizamos um estudo sistemático dos boletins de ocorrência, com anotações *in loco*. Assim, a presente pesquisa qualitativa e documental apoiou-se em pressupostos da pesquisa pós-crítica em Educação, nas fundamentações teóricas dos Estudos de Gênero e em pressupostos foucaultianos.

Propomos, como objetivo, compreender, com base na ótica dos Estudos de Gênero, as

³ Consideramos na pesquisa “menino” a criança do gênero masculino, entre 0 e 12 anos incompletos, conforme o Art. 2 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

⁴ Até agosto de 2009 não existia, no Brasil, o crime de estupro de vulnerável contra meninos ou homens; tal crime era enquadrado como atentado violento ao pudor. Com a promulgação da Lei 12.015/2009, esses crimes contra meninos menores de 14 anos passaram a ser considerados hediondos e se enquadraram como estupro de vulnerável (Art. 217-A do código Penal).

⁵ Corumbá é um município situado no estado de Mato Grosso do Sul, fundado em 21 de setembro de 1778. Sua população é de aproximadamente 111.425 mil habitantes (2019) e seu território abrange uma área de 64.721,719 km². Está situado a 426 quilômetros da capital Campo Grande.

características das violências sexuais contra meninos notificadas no município de Corumbá/MS (2006-2015) e relacioná-las ao campo da Educação.

Traçamos como objetivos específicos: 1) mencionar as características dos/as agressores/as, os locais de violência e as formas de notificação das violências sexuais contra os meninos; e 2) relacionar as informações coletadas nas análises dos boletins de ocorrência com as produções científicas, bem como com o campo da Educação, procurando compreender os principais dados da violência sexual contra meninos no referido município. O objeto do estudo foram as violências sexuais contra meninos relatadas nos boletins de ocorrência durante o período mencionado; nossa questão principal da investigação foi entender como a educação escolar estava inserida nesse contexto de violência.

A questão da interação entre a educação escolar e as violências sexuais contra meninos nos boletins de ocorrência nos acompanhou durante todo o processo de análise e problematização das informações. Buscamos entender qual o papel da Educação nos casos de violência relatados e denunciados, qual a função dos/as educadores/as e como as instituições educativas apareciam nessas denúncias e eram referenciadas, ou não, nesse tipo de documento, que é uma das “portas” de entrada das denúncias de violências contra crianças nos setores competentes que asseguram a rede de proteção a crianças e adolescentes.

A escolha do período histórico da pesquisa, 01/01/2006 a 31/12/2015, justificou-se pela implantação, em 2006, do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) na Delegacia de Atendimento à Infância, Juventude e Idoso (DAIJ). Antes daquela data, o acesso às informações era realizado de forma documental, isto é, de forma manual nos documentos, devido à não informatização dos registros dos BOs, algo que dificultava encontrar e até mesmo acessar tais documentos. Na nossa pesquisa, contamos com a comodidade do processo de digitalização dos boletins, o que facilitou a coleta das informações nas delegacias. Estendemos as produções de dados até 31 de dezembro de 2015, para considerar o maior número de casos possível, pois a pesquisa *in loco* se iniciou no começo do ano de 2016.

Utilizando-nos, então, do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO), realizamos um levantamento do número de casos de violência contra crianças registrados na DAIJ e na Primeira Delegacia de Corumbá/MS, em forma de boletins de ocorrência policial. Foram encontrados no Sistema SIGO 219 BOs que se referiam à violência sexual contra crianças e que se enquadravam nos crimes de estupro de vulnerável ou atentado violento ao pudor. Desses, foi realizada uma análise mais apurada para averiguar quais tinham os meninos como vítimas. Foram encontrados 48 boletins de ocorrência

que tinham como vítimas esse público. Esses documentos foram analisados e, com um olhar dos Estudos de Gênero, procuramos identificar informações que indicassem relações entre a educação escolar e as violências sexuais contra os meninos.

Paralelamente, objetivando obter uma visão mais ampla da relação entre violência sexual contra meninos e Educação, levamos a cabo um levantamento, no Banco de Teses e Dissertações da Capes, a fim de encontrar trabalhos na área da Educação que abordassem, como tema principal, as violências sexuais contra meninos. No entanto, não localizamos teses ou dissertações na área da Educação cujo tema principal fosse o do objeto desse estudo⁶.

Os textos encontrados sobre violência sexual contra meninos foram, em sua maioria, nas áreas da Psicologia e Assistência Social. É importante observarmos essa informação e nos perguntarmos o porquê de o campo da educação não priorizar pesquisas com temática tão urgente e necessária. Sabemos que a violência contra meninos é um fenômeno existente e que afeta sobremaneira o ambiente escolar e urge pensarmos sobre o silenciamento das pesquisas e o consequente emudecimento da maioria das escolas, dos/as educadores/as e das famílias. Traremos algumas reflexões a esse respeito neste texto.

A presente pesquisa apresenta discussões e informações relevantes para a discussão no meio escolar e para a formação docente sobre temática que afeta muitos meninos que estão clamando para serem vistos e ouvidos nos cotidianos escolares, e, com isso, terem seus direitos garantidos. O presente artigo pretende socializar essas informações, discussões e problematizações da pesquisa, apresentando o referencial teórico-metodológico adotado e, em seguida, a análise e as problematizações das informações trabalhadas no estudo.

Pressupostos teórico-metodológicos: trajetórias desenvolvidas

No que se refere aos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, buscamos primeiramente traçar um roteiro para planejar nossos caminhos e trajetórias a serem percorridos e destacamos com mais detalhamento os passos trilhados. Em seguida, realizamos um levantamento das violências sexuais contra os meninos na Delegacia de Atendimento à Infância, Juventude e Idoso (DAIJ), por meio do Sistema Integrado de Gestão Operacional (SIGO) da Polícia Civil. A escolha da DAIJ e dos documentos analisados (boletins de ocorrência) se deu porque, legalmente, todos os casos de violências contra

⁶ A pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes ocorreu no ano de 2016.

crianças no município selecionado são registrados nessa delegacia para o devido acompanhamento judicial. Para a realização de tal levantamento, adotamos os seguintes passos:

1. Levantamento dos casos de violência no município nos últimos dez anos (01/01/2006 a 31/12/2015), em especial a violência sexual contra os meninos. Delimitamos o período de uma década a fim de abranger o maior número de casos possível. A data inicial, 01/01/2006, marca a implantação do sistema informatizado que utilizamos na coleta dos dados para posterior análise.

2. Elaboração de fichas de registros para direcionar as leituras dos documentos contendo os casos de violência contra meninos.

3. Preenchimento das fichas após as leituras e releituras dos boletins de ocorrência.

4. Análise e problematizações sistemáticas dos dados coletados, em especial dos casos envolvendo meninos como vítimas de violência sexual, relacionando-os a publicações científicas e à área da Educação.

As análises das informações se basearam em fundamentações teóricas encontradas em livros, artigos, teses e dissertações que abordam a violência sexual contra meninos. Os estudos foucaultianos foram importantes para a compreensão das relações de poder e das relações de violência em que os meninos vítimas de violência sexual estão inseridos e em que se constituem.

O levantamento dos casos de violência no município de Corumbá/MS revelou dados quantitativos importantes, para além do nosso objeto, como, por exemplo, o número de meninas violentadas sexualmente e o número total de crimes sofridos pelas crianças registrados no SIGO. Nós priorizamos os dados relativos à violência contra os meninos. A partir do quantitativo numérico encontrado, priorizamos os BOs que tratavam especificamente de violência sexual contra crianças. Ao todo foram encontrados 219 BOs.

Para a sistematização dos itens que compunham os boletins, elaboramos uma ficha de análise das informações, dividida em cinco grandes grupos:

1. Informações do registro da violência na delegacia.

2. Informações da vítima.

3. Informações do/a agressor/a.

4. Informações da notificação/denúncia.

5. Informações da violência.

As informações obtidas respeitaram o aspecto da confidencialidade, conforme os preceitos éticos da pesquisa e do Estatuto da Criança e do/a Adolescente. Utilizamos, por isso, dados que não

permitissem a identificação dos casos ou das pessoas envolvidas. Foram dois meses trabalhando para melhorar a ficha de análise, a fim de chegarmos à última versão dela. Após a finalização da elaboração das fichas, elas foram preenchidas com os dados da leitura dos documentos no referido sistema da delegacia.

A partir das informações sobre as violências sexuais contra meninos colhidas nos boletins de ocorrência que descrevemos nas fichas, procedemos à elaboração de gráficos, tabelas e quadros, com o propósito de entender e problematizar os casos notificados de violência sexual contra meninos em Corumbá/MS, durante o período determinado.

A violência sexual contra os meninos e a educação escolar: discussões das informações de pesquisa

Em dezembro de 2016, não encontramos informações em teses e dissertações, nos principais bancos de dados científicos, sobre a temática da violência sexual contra meninos no campo da Educação, algo que nos provocou incômodo devido à urgência e premência do fenômeno da violência. Nossa pesquisa tenta suprir essa lacuna destacando informações importantes e que merecem enfoque e problematização no campo da Educação, sobretudo na área da formação docente.

Os dados revelaram que a Educação, sobretudo a escolar, tem relação estreita com a temática da violência sexual contra os meninos, por várias razões que serão aqui expostas, observando as informações obtidas naquele microcotidiano de uma cidade do interior do Mato Grosso do Sul. Com essa afirmação, queremos ressaltar que não consideramos que nossas informações e discussões do estudo sejam verdades universais ou que essas informações possam refletir como generalizações para todos os casos que envolvem esse fenômeno tão amplo e complexo que é a violência contra crianças.

Pudemos observar nos boletins de ocorrência que o local onde a violência contra os meninos ocorre, em nosso estudo, é na escola. Há ainda estudos que acentuam que a escola também é lugar de produção de diversas violências, e que nela pode haver omissão da abordagem do tema, por meio de preconceitos, causando violência adicional aos meninos vitimados.

Carvalho (2015) traz relatos da forma como a escola, principalmente na figura dos estudantes, trata os meninos que são vítimas de violência sexual. As hostilidades e os adjetivos de “gay” e “viado” são comumente destinados à vítima pelos estudantes.

Em sua tese de doutorado, Carvalho (2015) entrevistou três meninos (de 5, 8 e 10 anos) e um homem (de 34 anos) que sofreram violência sexual. Em seus relatos, todas as vítimas, exceto o menino

de 5 anos, narraram que foram chamados de “bichas, gays e viados” na escola. Uma das vítimas (10 anos) contou:

Tinha uns meninos da escola, da minha classe e da outra classe também, eles ficavam me chamando de veado, gay, e outra coisas que eu não quero falar.... Ah, eu chorava muito, ficava chateado, com vergonha, porque eu não sou nada disso que eles ficavam falando, aí eu não queria ir para a escola (CARVALHO, 2015, p. 147).

Pelos relatos descritos na pesquisa de Carvalho (2015), percebemos que o ambiente escolar, na vivência de muitos/as alunos/as, utiliza-se da violência sexual sofrida pela vítima para empregar adjetivos pejorativos, com a intenção de ofendê-la, atribuindo-lhe culpa por ser violada em seus direitos, vitimando-os duplamente. O discurso ofensivo e a desinformação sobre a violência sexual contra os meninos colaboram com situações do tipo elencadas pela autora.

Carvalho (2015, p. 114) descreve ainda que “a vida escolar é afetada pelo abuso sexual, tanto no que se refere ao desempenho escolar, como nas relações de sociabilidade. A escola é também violenta e reprodutora da violência, de preconceitos e de estigmas. A escola é afetada, mas também exerce violências sobre as vítimas”.

Ao declarar que a escola é afetada, a autora se refere ao processo de ensino e aprendizagem, pois, para que a aprendizagem se efetive, são necessárias condições psicológicas adequadas. Para Pires Filho (2011),

Em sua grande maioria, os meninos apresentam uma "inconstância de comportamento": partem do "retraimento" para a "agressão", na medida que são confrontados e lhes são colocadas algumas situações de estresse. As "dificuldades de aprendizagem" e os problemas escolares, também são apontados (PIRES FILHO, 2011, p. 114, grifos do autor).

Além da queda do desempenho escolar e das dificuldades de relacionamento com os/as colegas, as vítimas ainda sofrem preconceitos e violência de gênero. Para elas, o ambiente escolar pode se tornar perverso ao disseminar preconceitos, objetivando a imposição da masculinidade hegemônica.

A violência sexual contra meninos é um fenômeno social que nos choca, mexe com nossos sentimentos e valores e nos deixa indignados/as. Mas silenciar-se, não pesquisar e estudar tal assunto, não faz com que ele simplesmente desapareça. Pelo contrário. Para Felipe (2012, p. 218-219), “uma das formas mais importantes para prevenir a violência é discutir o problema. Neste sentido a escola pode desempenhar um importante papel na promoção de tais discussões”. As pesquisas no campo da Educação, porém, não têm abordado tal tema, conforme já destacamos e agora reforçamos a fim de problematizarmos o porquê desse silenciamento.

Nos boletins de ocorrência que analisamos, não pudemos observar as questões relativas a violências sofridas pelas vítimas nas relações pedagógicas e cotidianas escolares, mas pudemos observar que os documentos narram que a escola é o espaço denunciado em que a violência aconteceu, então isso é, ou deveria ser, assunto de escola. O que está acontecendo na escola para se tornar um espaço de violação dos direitos dos meninos? A escola precisa repensar seus currículos, espaços, projetos e relações pedagógicas para promover momentos de reflexão e de diálogo com as crianças e adolescentes a respeito dessas temáticas, para promover espaço de acolhimento e garantia dos direitos humanos.

Além de a escola ter sido apontada como o local em que a violência mais acontece nas denúncias dos boletins de ocorrência estudados, outro aspecto que diz respeito às informações que analisamos foi o de que 67% dos/as agressores/as eram estudantes no momento da denúncia, e 89% das vítimas tinham idades entre 4 e 11 anos. Provavelmente a maioria das vítimas estava matriculada no Ensino Fundamental, como prevê o Art. 4º da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9394/96).

Segundo a LDB, no seu Artigo 1º, lê-se que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem nas [...] instituições de ensino e pesquisa” (BRASIL, 1996). A educação inclui necessariamente os processos formativos e a constituição do sujeito, que se constrói em diversos espaços, inclusive nas instituições de ensino. Características como o respeito aos Direitos Humanos, respeito mútuo e a tolerância/respeito às diferenças são processos formativos que constituem os sujeitos e que, portanto, devem ser trabalhados nas instituições de ensino e de pesquisa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança. Além de conteúdos relacionados aos direitos humanos, o trabalho com a educação para as sexualidades, conforme sugere Xavier Filha (2009), pode ser um passo importante para a diminuição de preconceitos e, ousamos dizer, até mesmo de situações de violência. Trata-se de problematizar e desconstruir discursos e preconceitos tão vigentes na sociedade. Para a autora, a educação para a sexualidade pode ser compreendida como:

Prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como únicas possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produzir subjetividades. A dúvida da certeza, a transitoriedade das convicções, as possibilidades de colocar-se em xeque diante do novo... são algumas possibilidades de uma perspectiva da educação para a sexualidade (XAVIER FILHA, 2009, p. 33).

Possivelmente, a falta da abordagem de temas e práticas como a educação para a sexualidade, somada à carência de conhecimento e de entendimento em lidar com seu corpo, assunto que a maioria

da escola teme trabalhar, contribui com o índice de 52% de violências sexuais de adolescentes contra meninos, pois as crianças e os/as adolescentes continuam falando, fazendo deduções sobre seu corpo e sua sexualidade, como sujeitos ativos que são, sem encontrar, porém, espaço para um debate franco e dialógico sobre as temáticas que lhes dizem respeito.

Louro (2016, p. 11) discute que “[...] a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política e ainda ela é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos”. Assim, a sexualidade das crianças e adolescentes certamente será construída. Resta saber se será com o auxílio da escola, no sentido de ofertas de oportunidades de diálogos francos sobre as temáticas em pauta, ou mediante a vigilância, disciplinamento, silenciamento, reclusão e segregação impostas por muitas escolas e famílias.

Mesmo sabendo que os temas da sexualidade e dos Direitos Humanos são primordiais, que deveriam ser trabalhados na educação escolar e que poderiam contribuir para o respeito às diferenças e à diversidade sexual, em muitos casos evita-se a sua abordagem, por envolverem questões culturais e políticas. Para Serpa (2017):

A proposta aqui defendida é que a manifestação da diversidade sexual e de gênero na escola seja vista como uma questão de cidadania, de direito de todos/as. Mas, conforme Fernando Seffner (2009), discutir esse tema no âmbito escolar é trabalhar em campo minado, tensionado, no qual professores/as têm-se deparado com o desafio de ter que incluir os diferentes e garantir que a escola seja um espaço de aprendizado para todos/as (SERPA, 2017, p. 25).

As discussões propostas por Serpa (2017) sobre as sexualidades e as questões de gêneros tornam-se fundamentais quando se trata das violências sexuais, ou seja, discutir sobre gênero e sexualidade na escola pode ser visto como direito do/a estudante e como questão de cidadania. Landini (2011) pontua que:

Prevenir a violência sexual implica necessariamente, discutir sexualidade com as crianças e os adolescentes. Afirmar que é preciso dizer “não” a violência sexual, que é preciso contar aos pais caso sejam assediados e que não se deve conversar com estranhos é muito pouco. É preciso prepará-los para lidar com situações reais e, para tanto, é necessário que crianças e adolescentes sejam vistos como sujeitos ativos (LANDINI, 2011, p. 102).

Para a autora, a prevenção da violência sexual perpassa necessariamente pela discussão sobre a sexualidade, pois para [...] “falar sobre prevenção é necessário falar justamente sobre esse tema: sexualidade. Nem sempre se fala sobre sexualidade quando está em pauta a discussão sobre violência sexual” (LANDINI, 2011, p. 96).

Dos dados dos boletins de ocorrência em nossa pesquisa, 52% dos agressores responsáveis pela

violência sexual contra meninos em Corumbá/MS eram adolescentes; 67% dos agressores/as eram estudantes no momento da denúncia; e 89% das vítimas tinham idades em que a frequência na escola é obrigatória. A discussão sobre as sexualidades e questões de gênero tem o potencial de ajudar a refletir e problematizar questões relacionadas a gênero e a violência para um público que está frequentando o ambiente escolar. No caso, a escola deveria ser o espaço da prevenção, promovendo encontros de educação para as sexualidades, promovendo debates sobre corpo, intimidade, formas de autoproteção, autocuidado, discussões de gênero e tantas outras temáticas, além de se preocupar com a proteção das crianças vítimas que podem ser revitimizadas nas relações com seus pares nas práticas escolares, como já dito anteriormente, com apelidos, xingamentos, exclusões, outras formas de violência tão vis quanto a sofrida pela vítima de violência sexual.

Também levantamos que, entre os principais vínculos dos/as agressores/as com as vítimas estão os/as conhecidos/as na escola, com 13%. Ou seja, antes da situação da violência propriamente dita ocorrer, foram estabelecidas interações entre agressores/as e vítimas no ambiente escolar. Além disso, entre os principais lugares (informados) em que ocorreram as violências sexuais contra os meninos, está o ambiente escolar, com 15%, acontecendo principalmente dentro dos banheiros escolares masculinos das instituições no Ensino Fundamental. A instituição escolar foi responsável por 4% das denúncias/notificações dos casos. Mais uma vez vemos aqui que muitas escolas se silenciam diante dessa problemática tão complexa e se isentam de realizar um projeto pedagógico que aborde a temática da violência contra a criança e adolescente e os direitos humanos. Esse também deve ser um compromisso das instituições educativas, porque é um problema que também ocorre lá dentro, devendo ser, portanto, um assunto de escola e não só do âmbito familiar.

O fato de 15% das violências sexuais contra os meninos terem se dado na escola, mas apenas duas (4%) das 48 denúncias/notificações terem sido efetuadas pelas escolas, é algo a ser pensado. Os Artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do/a Adolescente preveem a obrigatoriedade de os/as profissionais da saúde ou da educação procederem aos encaminhamentos previstos em lei:

Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:

Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990).

Conforme o Artigo 13 do Estatuto da Criança e do/a Adolescente, mesmo que haja suspeita, o/a profissional da Educação deve efetivar a denúncia/notificação. No caso de nossa pesquisa, as escolas e os/as seus/suas profissionais não cumpriram em sua totalidade o que apregoa a lei: serem os agentes de promoção dos direitos das crianças e adolescentes, cujo papel é denunciar e/ou notificar os casos de violência contra os meninos.

As análises dos boletins de ocorrência mostraram que quem mais realizou as denúncias/notificações não foram os profissionais da escola, mas as mulheres (94%), mais precisamente as mães das vítimas (78%). Aqui há uma questão de gênero importante para pensar: são as mulheres que assumem a função de cuidadoras e que também velam pelos direitos de seus filhos, assumindo o papel da denúncia, rompendo com muitas barreiras familiares, culturais, machistas, para velar pelos direitos deles. Em relação às instituições públicas que realizaram as notificações, a Polícia Militar e o Conselho Tutelar foram as que efetuaram o maior número de denúncias na DAIJ sobre a violência sexual contra os meninos em Corumbá/MS.

As análises dos boletins de ocorrência, portanto, levaram-nos a refletir que a escola não está utilizando o seu espaço privilegiado e legal para realizar a identificação e a denúncia das violências sexuais contra os meninos.

As questões de gênero nas violências sexuais contra os meninos: questões a problematizar nos espaços escolares

Problematizar as questões de gênero nos casos de violência sexual contra meninos decorre, necessariamente, de compreender as concepções que a sociedade tem sobre o que se atribui ao gênero, ao que se pensa sobre a violência, sobre a identidade de gênero e sobre a ideia da não existência de tal violência contra meninos.

Pinto Junior (2005, p. 41) acredita que “[...] no imaginário das pessoas parece existir a ideia de que meninos e homens não são vitimados sexualmente e que é um problema de mulheres”. A ideia de que a violência sexual é um “problema exclusivo de mulher” está arraigada nas concepções culturais e interfere negativamente nas situações que envolvem os meninos vítimas de violência sexual.

O conceito de gênero é importante para pensarmos nesse caso por ele ser um elemento relacional (SCOTT, 1995); isto é, ao utilizarmos esse termo, reportamo-nos à construção cultural de seres sociais, sejam eles masculinos, femininos ou de qualquer outra forma que a pessoa se sinta ou

com a qual se identifique. Connell (1995, p. 189) aborda o conceito de gênero como “a forma pela qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico”.

Assim, o conceito de gênero remete a um sentido cultural, portanto mais amplo do que se atribuiu ao âmbito biológico. Tem ligação com a construção cultural e social imbuída nas relações de poder, como aquilo que se identifica no processo histórico como masculino e feminino, e não com a divisão binária entre macho e fêmea.

Louro (1997) defende desconstruir as dicotomias e as divisões binárias que se fundamentam nos polos masculino e feminino, pois, para a autora, cada polo supõe e contém o outro:

A proposição de desconstrução das dicotomias – problematizando a constituição de cada polo, demonstrando que cada um na verdade supõe e contém o outro, evidenciando que cada polo não é uno, mas plural, mostrando que cada polo é, internamente, fraturado e dividido – pode se constituir numa estratégia subversiva e fértil para o pensamento.

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um (LOURO, 1997, p. 31).

Para desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, segundo Louro (1997), é necessária sua problematização, referente à oposição e à unidade interna de cada um dos polos, pois eles são plurais, fraturados e divididos. Aqui também é importante desconstruir a ideia binária de gênero e pensá-lo sob muitos espectros, até mesmo como a possibilidade de pensá-lo na fronteira a depender de processos identitários e a-identitários.

Gênero e violência são dois conceitos fundamentais que se relacionam nas violências sexuais contra os meninos, na medida em que estão inseridos na construção de sujeitos em situação de violência.

Utilizamos o conceito de violência conforme sugere Xavier Filha (2008), para quem a violência contra a criança é uma construção histórica, social, cultural e, portanto, humana. Para a autora “[...] aquilo que na atualidade consideramos formas de violência, especialmente contra este público, em outras épocas não foi considerado como tal” (XAVIER FILHA, 2008, p. 127).

Aprender a violência como uma construção social, como defende a autora, implica entender que a violência é um fenômeno social e, como tal, está sujeita às concepções de cada sociedade, cultura e tempo. A compreensão de tal fenômeno social está relacionada a diversos aspectos que se interagem e constituem sujeitos.

De acordo com Prado (2006, p. 12), “[...] em situações de abuso sexual contra meninos, diversas condições podem dificultar sua revelação. Dentre elas, o medo da homossexualidade”. Este medo,

combinado com a vergonha de ser designado com adjetivos pejorativos, tem o potencial de facilitar a perpetuação da impunidade de agressores/as, pois segundo estudiosos/as, os/as familiares acabam não denunciando o caso. Carvalho (2015) esclarece que:

O medo da homossexualidade e/ou retaliação da comunidade pode ser um dos motivos pelos quais as famílias que possuem meninos vitimizados sexualmente não denunciem ou não busquem atendimento nos serviços públicos. O sentido atribuído à homossexualidade ainda é bastante preconceituoso, tornando-se mais um empecilho para a revelação do abuso, seja por parte do menino, seja por parte da família (CARVALHO, 2015, p. 140-141).

A ocultação da violência contra meninos, segundo os/as autores/as citados/as, ocorre por padrões de masculinidades construídos na sociedade. Conseqüentemente, os dados das violências contra os meninos acabam sendo subnotificados, ou seja, os 48 casos analisados no presente estudo provavelmente não refletem todos os casos de violência sexual contra meninos que ocorreram em Corumbá/MS durante o período analisado.

Hohendorff, Habigzang e Koller (2014), ao retomar um estudo americano, comentam que foram identificadas algumas barreiras para a revelação da violência sexual, como por exemplo: “[...] socioculturais, como o pensamento de que ser vítima de violência sexual é inaceitável para um menino e homem e a percepção de que as pessoas considerariam as vítimas como gays” (SORSOLI; KIA-HEATING; GROSS-MAN, 2008, *apud* HOHENDORFF; HABIGZANG; KOLLER, 2014, p. 51).

O fato da não compreensão de que um menino possa ser vítima de violência sexual decorre da construção de gênero e das identidades de gênero que a sociedade atribui ao gênero masculino. Nas palavras de Pinto Junior (2005, p. 54), “[...] a masculinidade é socialmente associada à força e ao poder e considerando que, muitas vezes, a vitimização sexual pode mostrar-se como uma ameaça à identidade sexual do menino, este usualmente manifesta formas inadequadas de comportamento, visando, assim assegurar e mostrar sua masculinidade”.

O que se observa é a construção de um tipo único de masculinidade, uma heteronormatividade, como sendo uma “norma”, padrões e ações que devem ser seguidos e manifestados.

Para Ferrari (2012, p. 123), a heteronormatividade é baseada no entendimento que a heterossexualidade é a norma, algo natural e que tudo que escapa a ela é tido como antinorma, antinatural, sendo necessário trazer para o que é “correto” àqueles que estão se desviando.

Essa masculinidade é tida como a única e desejável para ser vivida pelos meninos-homens. O conceito de gênero é importante para pensarmos na construção cultural dessa masculinidade que massacra corpos e atitudes de meninos e homens. Eles não podem ser pensados como frágeis e

possíveis vítimas, e, quando o são, há uma relação direta entre a violência sofrida e a homossexualidade. O menino vítima é duplamente vitimado e isso leva muitos deles a ocultarem por mais tempo as situações de violência sofridas, com o medo de serem considerados ou rotulados como homossexuais, de terem sua “masculinidade perdida” ao serem vítimas de violação de seus direitos.

Mais uma vez vemos a necessidade da discussão de gênero na escola, sobretudo em tempos em que se ouvem falácias sobre o assunto, como é o caso das chamadas “ideologias de gênero”, que muitas vezes impedem o diálogo franco ou a promoção de práticas pedagógicas sérias, éticas e calcadas nos direitos humanos que abordem conceitos como gênero, violências contra crianças, direitos humanos, corpo e demais temas que contemplem essas questões com as crianças e adolescentes. Se levarmos esses questionamentos sobre os padrões de masculinidades ao campo da Educação, sobretudo à educação escolar, provavelmente contribuiremos para a diminuição do sofrimento dos meninos vítimas de violência sexual.

Considerações finais

A nossa pesquisa mostrou, por um lado, a inexistência de estudos sobre a violência sexual contra meninos no campo da Educação, segundo levantamento realizado à época, e, por outro, os diversos dados elencados e analisados dos boletins de ocorrência evidenciando a necessidade de empreendermos pesquisas sobre a violência sexual contra meninos, bem como a relevância de trazer tal tema para a área da Educação, sobretudo para momentos de formação docente, seja na formação inicial ou na continuada.

O combate permanente ao preconceito e a abordagem desse tema no campo da Educação, nas práticas escolares, nas discussões com as crianças, podem auxiliar a prevenir a violência sexual contra os meninos e embasar a compreensão dessa construção social tão complexa e danosa para os meninos vítimas de violência sexual. As informações de nossa pesquisa destacam que não poderiam mais existir o silenciamento e a omissão das instituições escolares sobre o tema da violência sexual contra crianças, em especial dos meninos. Esse tema tem que ser tratado de forma sistemática, abrangente, fundamentada cientificamente, ética e calcada nos direitos humanos, de forma dialógica e de livre pensamento. As discussões de gênero são primordiais, bem como as sobre corpo, sobre sexualidades, sobre intimidade, autocuidado, direitos humanos, entre tantos outros assuntos. O que não podemos é fingir que esse não é assunto da escola e que ele não existe. Ele existe e não é não falando sobre ele que

deixará de existir. Pelo contrário: ele continuará existindo e a escola será um espaço de exclusão e de violação em vez de um espaço de acolhimento e de promoção e efetivação de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Referências

BRASIL, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 128, n. 135, p. 13563-13577, 16 jul. 1990.

BRASIL, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de. **Homem não chora**: o abuso sexual contra meninos. 2015. 128 p. Tese (Doutorado em Estudos Pós-Graduados em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo, 2015.

CONNELL, Robert William. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 185-206, jul./dez. 1995.

FELIPE, Jane. Relações de gênero: construindo feminilidades e masculinidades na cultura. In: XAVIER FILHA, Constantina. **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora UFMS, 2012.

FERRARI, Anderson. Sexualidades, Masculinidades, Orientação Sexual. In: XAVIER FILHA, Constantina. (Org.). **Sexualidade, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2012. p. 117- 129.

HOHENDORFF, Jean Von; HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Violência sexual contra meninos**: teoria e Intervenção. Curitiba: Juruá, 2014.

LANDINI, Tatiana Savoia. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Cortez, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

PINTO JUNIOR, Antonio Augusto. **Violência sexual doméstica contra meninos**: um estudo fenomenológico. São Paulo: Vetor, 2005.

PIRES FILHO, Moacyr Ferreira. **Abuso sexual em meninos**: a violência intrafamiliar através do olhar de psicólogo que atende em instituições. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

PRADO, Sonia Fortes do. **Dimensões da violência sexual contra meninos sob a ótica de gênero**: um estudo exploratório. 2006. 216 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília/ UNB, Brasília, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SERPA, Monise Gomes. Entendendo os mecanismos de produção da diversidade e da desigualdade/ violência no contexto escolar. *In*: SILVEIRA, Catharina. *et al.* **Educação em gênero e diversidade**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2017.

XAVIER FILHA, Constantina. “O despertar de um homem” e as “marcas do silêncio” na violência contra criança e adolescente: gênero e relações de poder. *In*: SILVA, Paulo Vinícius Baptista; LOPES, Jandicleide Evangelista; CARVALHO, Ariane. (orgs.). **Por uma escola que protege**: a educação e o enfrentamento à Violência contra criança e Adolescentes. Curitiba: Editora UEP, 2008.

XAVIER FILHA, Constantina. (org.). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.